



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DE DEMANDA – DOD/MCTI Nº TRF2-DOD-2023/00004

<b>Dados da Programação</b>	
Unidade Gestora:	090028 - TRF2
Exercício:	2023
Centro de Custo:	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - -STI
ID Programação Orçamentária:	21
<b>Identificação da Demanda</b>	
TI.21 - Aquisição de switches de alto desempenho	
<b>Motivação/Justificativa</b>	
Visa substituição de equipamentos fora da garantia e para atender a Solução de armazenamento Swarm (item TI.52 do PCTI).	
<b>Resultados Esperados</b>	
Mitigar o risco de indisponibilidade na Rede de Dados em caso de eventual falha nos Switches de Alto Desempenho, os quais não estão mais cobertos por garantia contratual e estão sem unidades de reposição.	
<b>Alinhamento Estratégico</b>	
Macrodesafio:	Aperfeiçoar e Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal (PETI 2021-2026)
Objetivo Estratégico:	Continuidade e disponibilidade da infraestrutura de TI (PDTI 2021-2023)
<b>Indicação para a Equipe de Planejamento:</b>	
Integrante Requisitante:	Pergentino Joaquim Alves Neto
Integrante Técnico:	Carlos Alberto Caldas da Silva
<b>Outras indicações e/ou observações</b>	
Suplente do Integrante Requisitante: Marcus Vinicius do P. Azevedo / Suplente do Integrante Técnico: Diego Lopes Gomes	
Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2023.	
<b>RESPONSÁVEL PELA DEMANDA DA SOLUÇÃO DE TI</b>	
- assinado eletronicamente - <b>CARLOS ALBERTO CALDAS DA SILVA</b> Coordenador(a) COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO E VIDEOCONFERÊNCIA	
- assinado eletronicamente - <b>PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO</b> Diretor(a) de Subsecretaria SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE TI	





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2023  
REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº TRF2-EOF-2023/00021 (TRF2 DOD-2023/0004)

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

- 1.1. Registro de preços para eventual aquisição de Switches de conexão de servidores para Datacenter e respectivo treinamento, conforme especificações e características técnicas constantes deste Termo.
  - 1.1.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por mais 1(um) ano, desde comprovado preço vantajoso (nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021) e caso haja interesse do FORNECEDOR.
- 1.2. O órgão gerenciador e o órgão participe da presente contratação estão descritos a seguir:
  - 1.2.1. Órgão Gerenciador  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
CNPJ: 32.243.347/0001-51  
Rua Acre no 80, 19º andar, Centro,  
Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.081/000.  
Site: <https://www10.trf2.jus.br/ai/transparencia-publica/licitacoes/>  
Coordenadoria de Licitações - COLICI:  
Telefone (21) 2282-8020 / 2282-8682 (12 às 17h)  
E-mail: [licita@trf2.jus.br](mailto:licita@trf2.jus.br)
  - 1.2.2. Órgão Participe  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO RIO DE JANEIRO (SJRIJ)  
CNPJ: 05.424.467/0001-16  
Avenida Almirante Barroso no 78, 11º andar, Centro,  
Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.040/009.  
Site: <https://www.jfrj.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contas-publicas/licitacoes>  
Seção de Apoio às Licitações – SALIC: Telefone (21) 3218-9767 / 3218-9868 (12 às 17h)  
E-mail: [licitacoes@jfrj.jus.br](mailto:licitacoes@jfrj.jus.br)
- 1.3. São partes integrantes deste Termo de Referência:
  - 1.3.1. Anexo I-1: Mapa de Gerenciamento de Riscos;
  - 1.3.2. Anexo I-2: Estudo Técnico Preliminar.

**2. DO MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS**

- 2.1. A LICITANTE deverá apresentar proposta de preços conforme modelo constante a seguir, contendo discriminação detalhada dos produtos/serviços ofertados contendo valor unitário e total, em moeda nacional brasileira, em algarismo e por extenso;
- 2.2. Na cotação de preços deverão estar inclusos todos os itens de custo e despesas, tais como materiais, serviços, transportes, embalagens, seguro, mão-de-obra, salários dos profissionais, impostos, encargos sociais, encargos tributários, taxas, fretes e as demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam relacionadas na proposta.



TRF2NCR202300674A



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Discriminação	Marca/Modelo	Quantidade por órgão		Quantidade total	Unid.	Preço Unit (R\$)	Preço Total (R\$)
			TRF2	SJRJ				
1.1	Descrição: <b>Switch</b> Descrição Complementar: <b>Switch com 48 portas SFP28, 6 portas QSFP28, fontes redundantes e demais exigências contidas no Termo de Referência. CATMAT: 602456</b>		14	6	20	equipamento		
1.2	Descrição: <b>Treinamento Informática - Sistema / Software</b> Descrição Complementar: <b>Treinamento na operação do switch e do software de gerência. CATSER: 3840</b>		5	3	8	aluno		
VALOR TOTAL								

**3. DA JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1. Visa substituição de equipamentos fora da garantia, e para atender a Solução de armazenamento Swarm (item TI.52).
- 3.2. Os órgãos da 2ª Região, motivados pela lei 11.419/2006 e visando resolver os problemas do crescente número de processos em suas respectivas instâncias, têm investido na modernização de seus métodos de trabalho, utilizando-se de complexos recursos de tecnologia da informação e comunicação, especialmente com a adoção de processos eletrônicos judiciais e administrativos.
- 3.3. Entre os dispositivos componentes dessa complexa infraestrutura computacional, em operação no Data Center Regional, destaca-se um equipamento denominado Switch.
  - 3.3.1. Os switches são equipamentos usados para conectar entre si os Servidores de Aplicação e Banco de Dados.
  - 3.3.2. Os Servidores, por sua vez, são equipamentos responsáveis pela execução das aplicações e bancos de dados da Justiça Federal.
  - 3.3.3. Um Servidor necessitará sempre de um Switch de Alto Desempenho para que possa ser conectado a uma rede de dados.
- 3.4. Ocorre que alguns equipamentos que atualmente cumprem a função de Switches de Alto Desempenho não estão mais cobertos por garantia contratual, estão em processo de obsolescência, com fabricação descontinuada pelo fabricante e vem apresentando falhas.
- 3.5. A presente contratação reveste-se de urgência considerando a criticidade de tais equipamentos para a rede de dados e, consequentemente, o acesso aos sistemas pelos servidores, magistrados e jurisdicionados.

**4. DOS RESULTADOS/BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS**

- 4.1. Mitigar o risco de indisponibilidade na Rede de Dados em caso de eventual falha nos Switches de Alto Desempenho, os quais não estão mais cobertos por garantia contratual e estão sem unidades de reposição.

**5. DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JF**

- 5.1. A presente contratação está alinhada com as iniciativas previstas no Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF 2021/2026 - e no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Justiça Federal - PETI-JF 2021/2026, mais precisamente em consonância com o Macro desafio "Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados" e o objetivo estratégico de "Aperfeiçoar e Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal".

**6. DA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS PRELIMINARES DA CONTRATAÇÃO:**

- 6.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda **TRF2-DOD-2023/0004** e os estudos preliminares constantes do processo **TRF2-EOF-2023/00021**.

**7. DA RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE BENS E/OU SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS**

- 7.1. Inicialmente, vislumbra-se a necessidade de aquisição de 10(dez) unidades distribuídas da seguinte forma:

Id	Órgão Contratante	Destinação	Qtd
1	Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio de Janeiro	Borda para o backbone JFRJ	4
2	Tribunal Regional Federal da 2ª Região	Topo de rack para servidores do site de contingência	4
2	Tribunal Regional Federal da 2ª Região	Borda para o backbone TRF2	2
Total			10

- 7.2. Porém, devido à dificuldade de previsibilidade de crescimento das demandas relacionadas à infraestrutura de Rede de Dados da Justiça Federal no Rio de Janeiro e Tribunal Regional Federal da 2ª Região, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços.

- 7.3. A 10(dez) unidades remanescentes estão distribuídas da seguinte forma:

Id	Órgão Contratante	Destinação	Qtd
1	Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio de Janeiro	Novas demandas	2
2	Tribunal Regional Federal da 2ª Região	Novas demandas	8
Total			10

**8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC**

- 8.1. Os requisitos técnicos da Solução de TIC a ser contratada constam dos itens 17.1, 17.2 do Termo de Referência.
- 8.2. As disposições acerca do parcelamento e adjudicação do objeto constam do item 12 do Termo de Referência.

**9. LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS E ANÁLISE DE MERCADO DE TIC**

- 9.1. Ao realizar o levantamento das alternativas e análise do mercado de TIC foram observadas as seguintes alternativas:
- 9.1.1. Solução 1: Contratação de serviço de manutenção dos switches em operação.
- 9.1.1.1. Por terem sido adquiridos há mais de 5(cinco) anos, parte dos equipamentos que serão alvo de substituição não estão mais cobertos por garantia contratual.
- 9.1.1.2. Não obstante tais equipamento encontram-se classificados pelo fabricante como "End of Engineering Support". Isso significa que além de não serem mais comercializados, o fabricante descontinuou o suporte técnico incluindo a disponibilização de peças de reposição.





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

- 9.1.1.3. Acrescente-se que tal alternativa também se demonstra inválida pelo fato de que a presente contratação também tem por objeto a ampliação do parque de switches.
- 9.1.2. Solução 2: Aquisição de switches de alto desempenho
  - 9.1.2.1. Essa alternativa consiste na aquisição de switches para expansão e renovação do parque tecnológico, substituindo assim as máquinas atualmente em uso por outras novas e com cobertura de suporte e garantia do fabricante.
  - 9.1.2.2. Esse tem sido o modelo mais comumente utilizado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, contudo envolve certo nível de análise técnica e contábil.
  - 9.1.2.3. Do ponto de vista técnico é necessário que o planejamento da aquisição considere aspectos como a destinação e o perfil de utilização do recurso pelos usuários, de modo a garantir que as especificações dos equipamentos atendam às necessidades sem apresentar subdimensionamento e nem superdimensionamento.
  - 9.1.2.4. Uma vez que é plenamente possível especificar requisitos de desempenho dos equipamentos e compreender de forma clara as necessidades da infraestrutura, logo também é viável adequar esses requisitos à padrões de mercado – o que viabiliza a aquisição em termos de garantia da competitividade e da escalabilidade.
  - 9.1.2.5. Além disso, esse modelo garante a disponibilidade dos equipamentos ao órgão comprador que pode administrá-los e destiná-los segundo seus padrões e necessidades.

**10. DA JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA ESCOLHIDA**

- 10.1. Considerando a inviabilidade da adoção da Solução 1 (Contratação de serviço de manutenção dos switches em operação), a única alternativa que se vislumbra válida é a Solução 2 (Aquisição de Switch de Alto Desempenho).

**11. DA NATUREZA DO OBJETO**

- 11.1. Bem permanente e serviço de treinamento que possuem características comuns e usuais encontradas no mercado de TIC, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos.

**12. DO PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO**

- 12.1. A licitação será realizada em um único Grupo, formado por 2(dois) itens, conforme tabela constante do item 2.2 deste Termo de Referência, devendo a LICITANTE oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
- 12.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço do Grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 12.3. O objeto desta contratação será na forma de menor preço, em regime de empreitada global, onde a CONTRATADA possui a obrigatoriedade de fornecer todos os serviços, peças, componentes, instrumentos e equipamentos.
- 12.4. A adjudicação por menor preço global se deve ao fato de que todos os itens mencionados apresentam uma relação de interdependência em virtude do fato de que somente será possível determinar a ementa do treinamento quando for conhecida a marca do modelo do switch fornecido.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

- 12.5. Desta forma torna-se impossível a separação dos itens e adjudicação à LICITANTES distintas pois é desconhecido o fabricante do switch ofertado.
- 12.6. Por essas razões, entendemos que o critério de adjudicação por contratação única - menor preço global - se revela o mais adequado a essa contratação.
- 12.7. Em face ao exposto, o objeto descrito no grupo G1 é indivisível e, por esse motivo, esse grupo deverá ser adjudicado a uma única LICITANTE.

**13. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO**

- 13.1. Verifica-se que os equipamentos e serviços pretendidos são oferecidos por diversos fornecedores no mercado de TIC, e apresentam características padronizadas. Assim, pode-se concluir que o objeto é comum e, portanto, sugere-se como melhor opção a utilização da modalidade "Pregão" sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo "Menor Preço, e pelo Sistema de Registro de preços, para aquisição eventual em momento oportuno.

**14. DO IMPACTO AMBIENTAL DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO**

- 14.1. Com o objetivo de minimizar o impacto ambiental decorrente desta contratação foi buscada a estipulação de exigências referentes à sustentabilidade.
  - 14.1.1. As exigências referentes à sustentabilidade apresentadas no item 17.1.3.1 deste Termo de Referência estão alinhadas com as diretrizes contidas na [Portaria TRF2-PTP-2017/00114](#), de 16 de março de 2017, e na [Resolução CNJ 201](#), de 3 de março de 2015.
  - 14.1.2. O fabricante do produto deverá possuir declaração indicando a conformidade do produto com alguma diretiva ambiental RoHS, com alguma diretiva ambiental EMC ou com diretivas ambientais equivalentes a estas.

**15. DA CONFORMIDADE TÉCNICA E LEGAL**

- 15.1. Os bens fornecidos deverão estar de acordo com as normas, padrões e políticas estabelecidas pelos respectivos fabricantes dos bens, bem como estar aderente às normas técnicas brasileiras aplicáveis.
- 15.2. Os produtos propostos deverão possuir certificado de registro ANATEL, dentro da validade, como tipo de produto "Equipamento de Rede de Dados", ou outro tipo de produto admitido pela ANATEL.

**16. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA**

- 16.1. Comprovante de Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, mediante a apresentação de 1(um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem que a LICITANTE forneceu, de forma satisfatória, switches compatíveis ou semelhantes ao objeto licitado, na quantidade mínima de 10 (dez) unidades, o que equivale a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total almejado no item 1.1.
  - 16.1.1.1. Entende-se por semelhança e compatibilidade com o objeto contratual o fornecimento de switches com, no mínimo, a seguinte configuração de portas e velocidades:
    - 16.1.1.1.1. 48(quarenta e oito) portas SFP28;
    - 16.1.1.1.2. 6(seis) portas QSFP28.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

- 16.1.1.2. Caso o órgão ou empresa emitente do atestado de capacidade técnica produza um documento padrão em formato que não evidencie as informações exigidas na alínea anterior, será admitida a juntada de documentos adicionais como, por exemplo, o contrato e o edital da contratação, para fins de complementação e atendimento de tais exigências.
- 16.2. **Não será admitido o somatório de atestados para fins de aferição da capacidade técnica.**
- 16.3. O Atestado de Capacidade Técnica deverá preencher as seguintes condições:
- 16.3.1. O Atestado de Capacidade Técnica não poderá possuir ressalvas em relação aos equipamentos fornecidos e deverá possuir todas as informações necessárias para comprovar as condições especificadas nas referidas alíneas.
- 16.3.2. O atestado de capacidade técnica deverá conter:
- 16.3.2.1.1. a razão social, o CNPJ, o endereço da empresa ou órgão emitente do atestado de capacidade técnica,
- 16.3.2.1.2. a razão social, o CNPJ, o endereço da LICITANTE,
- 16.3.2.1.3. número do contrato (se houver);
- 16.3.2.1.4. data de fornecimento;
- 16.3.2.1.5. descrição do objeto do contrato;
- 16.3.2.1.6. local e data da emissão do atestado;
- 16.3.2.1.7. nome, assinatura, telefone e e-mail de contato do signatário
- 16.3.3. A documentação entregue pela LICITANTE deverá ser numerada e com índice e a LICITANTE deverá informar em quais páginas os itens desta habilitação técnica encontram-se comprovados.
- 16.4. Em atendimento às exigências contidas no Memorando TRF2-MEM-2019/05860 vimos informar:
- 16.4.1. O item 16.1 corresponde à 50% da quantidade total, tendo sido observado o disposto no art. 67, § 2º da Lei 14.133/2021.
- 16.4.2. O item 16.1 apresenta exigências mínimas de qualificação técnica as quais guardam proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado e correspondem à parcela de maior relevância e valor significativo do objeto contratado (valor superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação), tendo sido observado o disposto no art. 67, § 1º da Lei 14.133/2021.
- 16.4.3. As exigências contidas nos itens 16.3.2 e 16.3.3 constituem informações mínimas para a análise dos documentos pela equipe técnica da CONTRATANTE e objetivam dar celeridade à referida análise bem como viabilizar a realização de diligência junto ao órgão ou empresa emitente do atestado de capacidade técnica.
- 16.4.4. A limitação apresentada no item 16.2 é justificada pelos seguintes motivos:
- 16.4.4.1.1. O art. 62 da Lei 14.133/2021 descreve a habilitação como a **fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da LICITANTE de realizar o objeto da licitação.**
- 16.4.4.1.2. O art. 67, § 2º da Lei 14.133/2021 veda a limitação de tempo na apresentação de atestados. Isso torna ilícita, na hipótese de admissão do somatório de atestados de capacidade técnica, a estipulação de um lapso temporal concomitante nos fornecimentos referente a cada atestado de capacidade técnica.







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

- 16.4.4.1.3. O período de tempo concomitante em que uma LICITANTE realiza o fornecimento de determinado bem é uma questão fundamental para avaliar a capacidade da LICITANTE de realizar o objeto da licitação. Isso porque, somente com a estipulação de um fornecimento de forma concomitante, será possível constatar que a LICITANTE teve um esforço logístico e técnico para o fornecimento de um objeto com dimensão e complexidade correspondente à 50% da parcela de maior relevância e valor significativo do objeto contratado.
- 16.4.4.1.4. Por conta disso, sem a estipulação de um lapso temporal concomitante de fornecimento, desvia-se da finalidade estabelecida no art. 62 da Lei 14.133/2021, pois fornecimentos avulsos não demonstram a capacidade da LICITANTE de realizar o objeto da licitação.
- 16.4.4.1.5. Em face ao exposto, por conta da proibição legal de se impor uma limitação de tempo restringindo o recebimento de atestados de capacidade técnica que representem fornecimentos concomitantes e pelo fato de que atestados de capacidade técnica que comprovem fornecimentos não concomitantes representarão um fornecimento de objeto equivalente a menos de 50% da parcela de maior relevância e valor significativo do objeto contratado, foi vedado o somatório de atestados de capacidade técnica.

**17. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 17.1. Item 1.1 – Switch de Alto Desempenho
  - 17.1.1. O switch deverá apresentar arquitetura non-blocking, ou seja, a capacidade de switching deve contemplar a capacidade máxima de comutação full-duplex de todas as portas simultaneamente, sem bloqueio de portas.
  - 17.1.2. O switch deverá ser novo, ou seja, de primeiro uso.
    - 17.1.2.1. Deverá também apresentar plenas condições de uso prolongado, ou seja, deverá vir acompanhado de todos os módulos e configurações necessários a sua perfeita operação.
  - 17.1.3. O switch deverá possuir, no mínimo, **48 (quarenta e oito) portas com interface elétrica tipo SFP28**.
    - 17.1.3.1. Deverão ser fornecidos 48 (quarenta e oito) transceivers bidirecionais 10GBase-SR, padrão LC, compatíveis com os slots SFP28, da mesma marca do fabricante do switch.
    - 17.1.3.2. Os transceivers descritos no item 17.1.3.1 deverão constar da lista de acessórios indicada pelo fabricante e, ao realizar a sua instalação no switch, ele deverá ser plenamente reconhecido e não gerar quaisquer alarmes alertando por não ser suportado pela plataforma do fabricante.
  - 17.1.4. O switch deverá possuir, no mínimo, **6 (seis) portas com interface elétrica tipo QSFP28**:
    - 17.1.4.1. Deverão ser fornecidos 4 (quatro) transceivers bidirecionais 40GBase-SR, padrão LC, compatíveis com os slots QSFP28 e da mesma marca do fabricante do switch.







PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

- 17.1.4.2. Os transceivers descritos no item 17.1.4.1 deverão suportar conexão em fibra multimodo de 850 nm de comprimento de onda e alcance de até 100 metros de distância.
- 17.1.4.3. Os transceivers descritos no item 17.1.4.1 deverão constar da lista de acessórios indicada pelo fabricante e, ao realizar a sua instalação no switch, ele deverá ser plenamente reconhecido e não gerar quaisquer alarmes alertando por não ser suportado pela plataforma do fabricante.
- 17.1.5. O switch deverá admitir o empilhamento tanto por portas de 25 Gbps, mediante interface elétrica tipo SFP28, quanto por portas de 100 Gbps, mediante interface elétrica tipo QSFP28.
- 17.1.6. O switch deverá possuir 2(dois) slots para a instalação de fontes de alimentação internas, do tipo hotplug, viabilizando a sua remoção em campo.
  - 17.1.6.1. Deverão ser fornecidas 2(duas) fontes de alimentação internas, do tipo “hot-swappable”, com as frequências de 50/ 60 Hz e alimentação com regulação automática de tensão de entre 100 VAC até 240 VAC. As fontes deverão possuir alimentação independente, a fim de permitir a sua conexão a circuitos elétricos distintos.
- 17.1.7. O switch deverá possuir largura que possibilite a instalação em rack padrão 19" (482,6 mm). Para tal instalação, deverá ser fornecido kit de suporte para montagem em rack padrão 19".
- 17.1.8. Suportar os recursos de virtualização de rede:
  - 17.1.8.1. VXLAN,
  - 17.1.8.2. BGP-EVPN (Border Gateway Protocol - Ethernet Virtual Private Network) e
  - 17.1.8.3. QinQ Access VXLAN.
  - 17.1.8.4. Implementar, em hardware, o protocolo Virtual Extensible LAN (VXLAN), que permite a criação de segmentos de redes virtuais e sua extensão através da camada de redes (nível 3), ao encapsular quadros Ethernet em pacotes IP por meio de protocolo UDP.
- 17.1.9. O switch deverá suportar o método M-LAG (Multi-Chassis Link Aggregation Group).
- 17.1.10. Suportar os recursos de convergência de rede:
  - 17.1.10.1. PFC (Priority-based Flow Control);
  - 17.1.10.2. ECN (Explicit Congestion Notification);
  - 17.1.10.3. RDMA (Remote Direct Memory Access);
  - 17.1.10.4. RoCE (RDMA over Converged Ethernet);
- 17.1.11. Suportar recursos de análise de tráfego com base na tecnologia sFlow (RFC 3176).
- 17.1.12. Suportar os métodos de autenticação:
  - 17.1.12.1. AAA (Authentication, Authorization e Accounting),
  - 17.1.12.2. RADIUS (Remote Authentication Dial In User Service),
  - 17.1.12.3. HWTACACS (Terminal Access Controller Access Control System).
- 17.1.13. Suporte a SDN com protocolo OpenFlow 1.3 (ou superior) ou OpenConfig ou OpenStack, viabilizando a interoperabilidade com controladores OpenFlow ou OpenConfig ou OpenStack padrões de mercado.
- 17.1.14. Suportar os seguintes recursos de Spanning Tree:
  - 17.1.14.1. STP (Spanning Tree Protocol),
  - 17.1.14.2. RSTP (Rapid Spanning Tree Protocol),
  - 17.1.14.3. MSTP (Multiple Spanning Tree Protocol),





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

- 17.1.14.4. VBST (VLAN-based Spanning Tree ),
- 17.1.14.5. Per-VLAN Rapid Spanning Tree.
- 17.1.15. Deverá permitir a criação de grupos de agregação de link contendo portas em unidades diferentes da pilha.
- 17.1.16. Deverá suportar controle completo mediante Command Line Interface (CLI).
- 17.1.17. Permitir o monitoramento por porta do tráfego entrante (ingress) e saínte (egress).
- 17.1.18. Suportar as ferramentas de testes de conectividade tais como traceroute e ping.
- 17.1.19. Deverá suportar o armazenamento da memória flash de múltiplos arquivos de configuração, ou seja, possibilitar o armazenamento de mais de um perfil de configuração.
- 17.1.20. Deverá suportar a contabilização e monitoramento de tráfego por sFlow (RFC 3176).
- 17.1.21. Deverá suportar gerência mediante SNMP v1, v2c, and v3.
- 17.1.22. Admitir a configuração de interface out-of -band, ou seja, uma interface com o tráfego de gerenciamento do switch pelo administrador de rede isolada do tráfego plano de dados, de modo a garantir um isolamento total e completa acessibilidade, não importando o que ocorrer no plano de dados.
- 17.1.23. Deverá suportar configuração e gerenciamento remoto mediante Telnet e SSH.
- 17.1.24. Deverá suportar múltiplos níveis de acesso utilizando regras baseadas em controle de acesso (RBAC - Role-Based Access Control);
- 17.1.25. Deverá suportar gerência mediante Network Time Protocol v3 (NTP) e Secure Network Time Protocol v4 (SNTP).
- 17.1.26. O Switch deverá oferecer as seguintes funcionalidades:
  - 17.1.26.1. Permitir a cópia dos arquivos do switch a partir de um drive flash.
  - 17.1.26.2. Permitir o armazenamento de múltiplos arquivos de configuração.
  - 17.1.26.3. Permitir espelhamento de Porta
  - 17.1.26.4. Permitir criar imagens de sistema operacional redundantes de forma que seja possível fornecer arquivos independentes do sistema operacional primário e secundário para backup enquanto é feita a atualização.
  - 17.1.26.5. Prover roteamento IPv6
  - 17.1.26.6. Bidirectional Forwarding Detection (BFD): Permite o monitoramento de conectividade do link e reduz o tempo de convergência de rede de RIP, OSPF, BGP, IS-IS, VRRP, MPLS.
  - 17.1.26.7. Fornecer log throttling e log filtering para reduzir o número de eventos de registro gerados.
  - 17.1.26.8. Ser capaz de restringir o acesso aos comandos de configuração críticos;
  - 17.1.26.9. Oferecer vários níveis de privilégio com proteção de senha;
  - 17.1.26.10. Oferecer recursos syslog local e remoto para o registro de todos os acessos.
  - 17.1.26.11. Fornecer um repositório central de informações do sistema e de rede; agrega todos os logs, traps e informações de depuração geradas pelo sistema e as mantém por ordem de gravidade;
  - 17.1.26.12. Emitir a informação de rede para múltiplos canais com base em regras definidas pelo usuário.
- 17.1.27. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá disponibilizar para a CONTRATANTE um suporte técnico especializado no switch e software de gerenciamento fornecidos, nas condições estabelecidas no item 24 e subitens deste Termo de Referência.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

- 17.1.28. Deverá suportar DHCP-Relay permitindo a definição de pelo menos 2 servidores DHCP;
- 17.1.29. Deverá suportar funcionalidade que permita que somente endereços designados por um servidor DHCP tenham acesso à rede;
- 17.1.30. Deverá suportar DHCP SERVER permitindo a distribuição de endereços e parâmetros nativos a este tipo de serviço.
- 17.1.31. Para cada switch fornecido deverá ser fornecida licença de software de gerenciamento que permita o monitoramento de 50(cinquenta) dispositivos conectados a ele.
  - 17.1.31.1. A CONTRATANTE é responsável por fornecer o ambiente de hospedagem do software de gerenciamento. É admitida a implantação do software de gerenciamento em *appliance* físico do fabricante, desde que o mesmo seja fornecido pela CONTRATADA sem custos adicionais para a CONTRATANTE. É também admitida a oferta do software de gerenciamento em nuvem, desde que a subscrição tenha duração igual ou superior a 120 meses.
  - 17.1.31.2. O software de gerência deverá ser do mesmo fabricante do switch e deverá possuir recursos que permitam realizar a gerência de falhas, gerência de desempenho.
  - 17.1.31.3. O licenciamento fornecido deverá ser perpétuo e estar em nome da CONTRATANTE. Alternativamente, caso o fabricante não ofereça licenciamento perpétuo, será facultada a possibilidade de oferta na modalidade subscrição desde que a mesma seja oferecida por um período de 120 meses.
  - 17.1.31.4. Deverão ser fornecidos pela CONTRATADA todos os licenciamentos dos componentes utilizados no software de gerenciamento incluindo sistema operacional, banco de dados etc. O software de gerenciamento e seus componentes deverão ser compatíveis com ao ambiente de virtualização VMWARE.
    - 17.1.31.4.1. Excepcionalmente será admitido que o software de gerenciamento não seja compatível com o ambiente de virtualização VMWARE da CONTRATANTE caso a CONTRATADA forneça, sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE, um *appliance* de gerenciamento físico com o software de gerenciamento instalado ou um software de gerenciamento na nuvem com subscrição por 120 meses.
    - 17.1.31.4.2. Havendo a compatibilidade com o VMWARE, deverão ser fornecidos todos os componentes de licenciamento necessários à correta instalação em ambiente virtualizado VMWARE, incluindo sistemas operacionais, o software de gerenciamento e o banco de dados.
  - 17.1.31.5. O software de gerenciamento deverá obrigatoriamente constar da lista de acessórios indicada pelo fabricante para o referido switch.



TRF2NCR202300674A





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

- 17.1.31.6. O software de gerenciamento deverá permitir gerência/monitoramento remoto centralizado, incluindo licenças vitalícias, em nome do CONTRATANTE.
- 17.1.31.7. Deverá permitir atualização de firmware através de FTP, TFTP ou outro recurso.
- 17.1.31.8. Deverá permitir o download/upload da configuração dos equipamentos.
  - 17.1.31.8.1. Fornecer a visualização da topologia da rede permitindo a descoberta dos equipamentos, suas interligações de forma automática e “loops” na rede.
  - 17.1.31.8.2. Deverá permitir o controle e gerenciamento das funcionalidades presentes nos switches.
  - 17.1.31.8.3. Deverá permitir emitir alarmes de irregularidade nos equipamentos a partir de traps SNMP.
  - 17.1.31.8.4. Deverá permitir a visualização gráfica dos equipamentos, estado das portas, módulos, fontes, ventoinhas, em tempo real.
  - 17.1.31.8.5. Deverá permitir a visualização do painel frontal dos equipamentos gerenciados.
  - 17.1.31.8.6. Deverá permitir a visualização de informações dos dispositivos e componentes instalados, trazendo no mínimo, informações como fabricante, modelo, número de série, versão de hardware e software e outras informações que sejam disponibilizadas pelo equipamento gerenciado.
  - 17.1.31.8.7. Deverá possuir capacidade de enviar e-mails ou mensagens via SMS para um administrador em caso de algum evento especificado de acordo com o nível de criticidade, dia da semana e horário.
  - 17.1.31.8.8. Deverá possuir capacidade de monitorar o desempenho dos equipamentos gerenciados.
  - 17.1.31.8.9. Deverá permitir a visualização em tempo real de itens monitorados.
  - 17.1.31.8.10. Deverá possuir capacidade de gerar relatórios de Ativos de Rede, Configuração e Alterações de configuração, Estado dos dispositivos e Links, Eventos e Alarmes.
  - 17.1.31.8.11. Deverá suportar a utilização de sistemas de banco de dados relacional;
  - 17.1.31.8.12. Deverá operar em modelo cliente-servidor utilizando Web Browser convencional.
  - 17.1.31.8.13. Deverá possibilitar o acompanhamento online do tráfego de cada porta, apresentando informações sobre o tráfego, erros de CRC e broadcasts, bem como permitir ativação/suspensão da porta na rede.





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

- 17.1.31.8.14. Deverá permitir criar, apagar e editar VLANS nos dispositivos de rede através de interface gráfica.
- 17.1.32. A CONTRATADA deverá assegurar, durante o período de garantia, o acesso pela CONTRATANTE as atualizações do sistema operacional/firmware disponibilizadas pelo fabricante.
- 17.1.33. A CONTRATADA deverá assegurar, durante o período de garantia, a prestação de suporte técnico especializado observadas as seguintes condições:
- 17.1.33.1. A quantidade total de horas de suporte técnico especializado total que deverá ser ofertada pela CONTRATADA deverá ser equivalente à 10(dez) vezes a quantidade de switches adquiridos pelos órgãos partícipes da presente licitação.
  - 17.1.33.2. O suporte técnico especializado deverá ser realizado de forma remota mediante solução de videoconferência similar ao Webex, Microsoft Teams, Zoom Meetings, GoToMeeting, etc que deverá ser provido pela CONTRATADA.
    - 17.1.33.2.1. Todo atendimento deverá gerar um relatório técnico com as informações sobre o atendimento incluindo o horário de início e término do atendimento.
    - 17.1.33.2.2. A solução de videoconferência utilizada pela CONTRATADA deverá realizar a gravação do acesso e o arquivo deverá ser disponibilizado para download pela equipe técnica da CONTRATANTE para fins de registro audiovisual do atendimento com vistas à auditoria das atividades realizadas.
    - 17.1.33.2.3. A solução de videoconferência utilizada pela CONTRATADA deverá permitir o acesso remoto a uma estação de trabalho designada pela equipe técnica da CONTRATANTE para a realização de procedimentos técnicos pelo profissional especializado da CONTRATADA.
    - 17.1.33.2.4. Toda e qualquer alteração no ambiente de TIC somente poderá ser realizada mediante a anuência verbal do profissional da equipe técnica da CONTRATANTE.
  - 17.1.33.3. O suporte técnico especializado abrange a assistência técnica ao Software de Gerenciamento adquirido incluindo o suporte para a realização de atualizações, otimizações do ambiente (tunning) e reinstalação do ambiente.
  - 17.1.33.4. O suporte técnico especializado abrange a transferência de conhecimento mediante Workshops específicos sobre quais recursos relacionados ao switch e ao software de gerenciamento.
  - 17.1.33.5. O suporte técnico especializado abrange atividades de mentoring referentes à configuração de equipamentos no caso da implantação de novos recursos técnicos que deverão ser implantados pela equipe técnica da CONTRATANTE.
  - 17.1.33.6. O suporte técnico envolve o tratamento de problemas de interoperabilidade do switch fornecido com as plataformas de





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

- networking utilizadas atualmente pela CONTRATANTE (Cisco, HP, Huawei e Brocade).
- 17.1.33.7. O suporte técnico da CONTRATADA deverá ser realizado por profissionais que detenham expertise técnico (experiência) e que detenham as certificações técnicas mais avançadas ofertadas pelo fabricante do switch e do software de gerenciamento ofertados.
- 17.1.33.7.1. A equipe técnica poderá exigir a substituição do profissional da CONTRATADA por outro profissional certificado pelo fabricante do produto na hipótese de considerar que o profissional da CONTRATADA que realiza o atendimento não demonstrou expertise técnico suficiente para atender a demanda requerida pela CONTRATANTE.
- 17.1.33.7.2. Havendo a solicitação de substituição do profissional da CONTRATADA, a continuidade do atendimento e os atendimentos subsequentes deverão ser realizados por outro profissional certificado pelo fabricante do produto.
- 17.1.34. **O switch deverá possuir sistema de ventilação Back-to-front airflow, ou seja, com fluxo de ar entrando pela traseira do equipamento e saindo pela dianteira (onde se localizam as portas de conexão) do equipamento;**
- 17.1.34.1. **O sistema de ventilação deverá possuir componentes redundantes, que permitam a substituição de um componente defeituoso sem causar interrupção ou qualquer outro prejuízo ao perfeito funcionamento do switch na sua utilização máxima (todas as portas ativas);**
- 17.1.35. A LICITANTE deverá apresentar Declaração do Fabricante que o switch ofertado atende à norma RoHS ou pelo menos 1(uma) outra Certificação ambiental, emitida por outras instituições Internacionais ou nacionais, credenciadas pelo INMETRO ou pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- 17.1.35.1. Tais exigências estão alinhadas com as diretrizes contidas na Portaria TRF2-PTP-2017/00114, de 16 de março de 2017, na Resolução CNJ 201, de 3 de março de 2015 e no Princípio da Promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável expresso no art. 5º da Lei 14.133/2021.
- 17.1.35.2. A LICITANTE deverá indicar o endereço eletrônico onde seja possível efetuar o download da documentação comprobatória.
- 17.2. Item 1.2 – Treinamento
- 17.2.1. A CONTRATADA deverá treinar os profissionais da CONTRATANTE, no ambiente operacional ofertado (hardware e software) e na operação dos equipamentos.
- 17.2.2. O treinamento deverá abordar a configuração, operação e administração básica e avançada dos switches, contendo, no mínimo, os seguintes tópicos:
- 17.2.2.1. Utilização das funcionalidades mais relevantes do software de gerenciamento do switch;
- 17.2.2.2. Monitoramento da saúde de funcionamento do switch:
- 17.2.2.2.1. Ventiladores,
- 17.2.2.2.2. Fontes,
- 17.2.2.2.3. Temperatura;





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

- 17.2.2.2.4. Processador;
- 17.2.2.2.5. Memória.
- 17.2.2.3. Instalação, configuração e tuning do software de gerenciamento.
- 17.2.2.4. Atualização de firmware do switch mediante software de gerenciamento e por acesso CLI;
- 17.2.2.5. Backup das configurações do switch.
- 17.2.2.6. Identificação e tratamento dos principais problemas;
- 17.2.2.7. Principais comandos em CLI;
- 17.2.2.8. Principais recursos avançados.
- 17.2.2.9. Roteamento estático,
- 17.2.2.10. VLANs,
- 17.2.2.11. Roteamento entre VLANs,
- 17.2.2.12. Portas de acesso e de trunk,
- 17.2.2.13. OSPF,
- 17.2.2.14. Empilhamento (stacking) / interconexões de switches,
- 17.2.2.15. Servidor Dynamic Host Configuration Protocol (DHCP),
- 17.2.2.16. Rotas flutuantes,
- 17.2.2.17. Sistema AAA (com RADIUS ou TACACS+),
- 17.2.2.18. Acesso via SSHv2 e
- 17.2.2.19. Configurações gerais relativas a outros serviços (Domain Name System – DNS, Simple Network Management Protocol – SNMP, Network Time Protocol – NTP etc).
- 17.2.3. O treinamento deverá ser oferecido com uma carga horária mínima que abranja todos os tópicos descritos no item 17.2.2 e que não seja inferior a 40 (quarenta) horas ressalvada que a carga horária diária máxima deverá ser de 4(quatro) horas.
- 17.2.4. O treinamento deverá ser realizado de segunda a sexta-feira.
- 17.2.5. O treinamento poderá ser dividido em duas etapas (básico ou similar e avançado ou similar).
- 17.2.6. Ao final do treinamento, ou de cada uma das etapas, deverá ser fornecido certificado de conclusão, onde deverá constar, obrigatoriamente:
  - 17.2.6.1. o nome do participante,
  - 17.2.6.2. o título do treinamento,
  - 17.2.6.3. a carga horária total,
  - 17.2.6.4. a data de início do treinamento,
  - 17.2.6.5. a data do fim do treinamento e
  - 17.2.6.6. o conteúdo programático abordado;
  - 17.2.6.7. razão social e CNPJ da empresa responsável pelo treinamento.
- 17.2.7. O treinamento poderá ser realizado no formato de ensino à distância sendo de responsabilidade da CONTRATADA o provimento de todos os recursos técnicos para a realização do mesmo.
- 17.2.8. É obrigatório o fornecimento pela CONTRATADA de material escrito (manuais, apostilas, livros) ou eletrônico (arquivo digital);
- 17.2.9. É obrigatória a disponibilização de uma plataforma de treinamento independente para cada aluno;
- 17.2.10. A data de início da capacitação será definida pela CONTRATANTE de acordo com suas necessidades.







PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

- 17.2.10.1. A CONTRATANTE irá comunicar por mensagem eletrônica à CONTRATADA, com antecedência mínima de 30(trinta) dias, a data proposta para o início do treinamento.
- 17.2.11. O profissional que ministrar o treinamento deverá ser certificado/autorizado pelo fabricante.
- 17.2.11.1. A CONTRATADA deverá apresentar em até 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, documento (s) que comprove(m) a certificação e/ou autorização, pelo fabricante do switch, do profissional que ministrará o curso.
- 17.2.12. A ementa do curso, a carga horária, o conteúdo programático da capacitação e os materiais didáticos deverão ser entregues à CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias contados a partir do primeiro dia útil subsequente a data de assinatura do Contrato para avaliação prévia e aprovação;
- 17.2.13. Caso a ementa do curso, a carga horária, o conteúdo programático, os materiais didáticos ou os instrutores do treinamento, não sejam aprovados, ou exista alguma pendência nos certificados e autorizações exigidos, a CONTRATADA deverá providenciar os ajustes e correções solicitados pelo CONTRATANTE, sem que isto venha a justificar qualquer dilação nos prazos, aumento dos custos previstos e alteração dos compromissos assumidos junto ao CONTRATANTE;
- 17.2.14. A CONTRATANTE avaliará, para fins de recebimento, a qualidade da prestação do serviço de treinamento junto aos participantes, devendo a CONTRATADA providenciar os ajustes e correções necessários, hipótese na qual poderá ser solicitado a refazer o treinamento, caso o objetivo do mesmo não tenha sido alcançado;
- 17.2.15. Todas as despesas com material, equipamentos, licenças de softwares, instrutores, deslocamento de instrutores e demais itens relacionados à oferta do treinamento em si, serão de responsabilidade da CONTRATADA;
- 17.2.16. A abordagem do treinamento deve ser eminentemente prática (*hands on*), utilizando exemplos e exercícios para ilustrar os conceitos e capacitar os participantes a empregar os recursos oferecidos;
- 17.2.17. A conclusão da capacitação será reconhecida pela CONTRATANTE somente se a avaliação da mesma for considerada satisfatória, pelos participantes;
- 17.2.18. Todos os treinamentos deverão ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) meses, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à assinatura do Contrato;

**18. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA**

- 18.1. A CONTRATADA deverá realizar a entrega no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à data de assinatura do contrato pela CONTRATANTE.

**19. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

- 19.1. A tabela abaixo sintetiza as etapas de execução desta contratação referente ao item 1.1:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Assinatura do Contrato	Conforme Edital.
02	Entrega do Bem	Em até 90 dias contados a partir do primeiro dia útil seguinte à data de assinatura do contrato. O bem deverá ser entregue acompanhado do respectivo documento fiscal (nota fiscal).





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

03	Recebimento Provisório do Bem	Ocorrerá no ato da entrega dos bens no Almoarifado (item 27.1)
04	Recebimento Definitivo do Bem	O recebimento definitivo (atesto) dar-se-á em até 10 (dez) dias contados a partir do primeiro dia útil seguinte à data do recebimento provisório (item 27.1.2).

19.2. A tabela abaixo sintetiza as etapas de execução desta contratação referente ao item 1.2:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Assinatura do Contrato	Conforme Edital.
02	Entrega dos Serviços	A CONTRATADA deverá realizar o treinamento conforme agendamento estabelecido pela equipe técnica da CONTRATANTE o qual ocorrerá no prazo máximo de 10(dez) meses, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à assinatura do contrato, conforme item 17.2.18.
03	Recebimento Provisório dos Serviços	O recebimento provisório dos serviços ocorrerá no ato da entrega da nota fiscal de prestação de serviços. O documento fiscal (nota fiscal) deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro - Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12 às 17 horas, em duas vias, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail <a href="mailto:scon@trf2.jus.br">scon@trf2.jus.br</a> .
04	Recebimento Definitivo dos Serviços	Após o recebimento provisório dos serviços, o servidor ou a comissão designada formalmente pela autoridade competente, procederá à verificação de conformidade dos serviços entregues. O recebimento definitivo (atesto) dar-se-á em até 10 (dez) dias contados a partir do primeiro dia útil seguinte à data do recebimento provisório (item 27.1.2).

**20. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 20.1. Efetuar o acompanhamento e fiscalização do contrato.
- 20.2. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA necessários ao fornecimento dos bens contratados.
- 20.3. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- 20.4. Cumprir as obrigações da CONTRATANTE contidas no edital e seus anexos.

**21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 21.1. Cumprir todas as obrigações da CONTRATADA descritas no edital e seus Anexos.
- 21.2. Cumprir os deveres, atinentes aos fornecedores de bens, descritos no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

**22. DOS PAPÉIS A SEREM DESEMPENHADOS PELOS PRINCIPAIS ATORES DO ÓRGÃO E DA EMPRESA ENVOLVIDOS NA CONTRATAÇÃO**

- 22.1. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato;
- 22.2. Fiscal Requisitante do Contrato: servidor representante da Área Requisitante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos funcionais da solução;





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

- 22.3. Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;
- 22.4. Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais;
- 22.5. Preposto: funcionário representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Gestor do Contrato, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

**23. DOS INSTRUMENTOS FORMAIS DE SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO DOS BENS E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

- 23.1. As solicitações de fornecimento de material serão feitas de acordo com as necessidades e conveniências da CONTRATANTE, mediante emissão de Termo de Contrato, em de acordo com o Edital.

**24. DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS EXIGIDOS (NSE)**

- 24.1. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE um número telefônico e um endereço de correio eletrônico válido para o registro de chamados quanto ao Suporte Técnico Especializado bem como a eventual troca dos bens defeituosos.
- 24.2. Os registros dos chamados deverão conter todas as informações relativas ao chamado aberto.
- 24.3. O prazo máximo para o início do atendimento técnico é de 1 (um) dia, contado a partir do primeiro dia útil seguinte à solicitação, formalizada mediante mensagem eletrônica.
- 24.4. A CONTRATADA deverá efetuar o reparo, sempre com peças novas, ou a troca definitiva do bem por equipamento similar ou superior no prazo máximo de 2 (dois) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à abertura da solicitação pela CONTRATANTE.
  - 24.4.1. Nos casos em que forem identificados, durante a instalação dos switches, problemas nos transceivers mencionados nos itens 17.1.3.1, 17.1.3.2, 18.1.4.1 e 18.1.4.2, envolvendo comportamentos inesperados desses acessórios como os casos em que o transceivers entregues pela CONTRATADA não são plenamente reconhecidos pelo switch ou o switch indicar que os transceivers não são suportados pela plataforma do fabricante do switch, a CONTRATADA deverá enviar novos transceivers para substituição no prazo máximo de 2 (dois) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à abertura da solicitação pela CONTRATANTE.
- 24.5. O atendimento deverá observar o horário de funcionamento da CONTRATANTE que, atualmente, é de 11 às 19 horas, de segunda à sexta-feira.
  - 24.5.1. Eventualmente caso a atividade realizada possa impactar de forma crítica nas atividades finalísticas da CONTRATANTE poderá ser estabelecido pela equipe técnica da CONTRATANTE a realização de serviços fora da janela estabelecida no item 24.5.
- 24.6. Todos os prazos estipulados neste Termo de Referência constituem-se em Níveis Mínimos de Serviços Exigidos (NSE) sujeitando-se a CONTRATADA às penalidades e sanções administrativas descritas no item 33 deste Termo de Referência em caso de inadimplemento de quaisquer obrigações contratuais.

**25. APLICAÇÃO DE GLOSAS**



TRF2NCR202300674A





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

- 25.1. A presente contratação apresenta itens de pronta entrega não sendo possível a estipulação de glosas tendo em vista que o pagamento integral do objeto é efetivado após o recebimento definitivo.
- 25.2. Eventuais descumprimentos contratuais serão tratados mediante a aplicação de penalidades e sanções administrativas.

**26. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA**

- 26.1. A comunicação entre o representante da CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo Ofício, as comunicações por correio eletrônico e outras especificadas no edital.

**27. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO**

- 27.1. Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:
  - 27.1.1. Provisoriamente – de forma sumária, mediante recibo apostado no documento fiscal, por responsável pelo acompanhamento e fiscalização, imediatamente após efetuada a entrega do material para efeito de posterior verificação da conformidade das mesmas com as especificidades do Pregão.
  - 27.1.2. Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, assinado pelas partes, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no **prazo de 10 (dez) dias**, contados do primeiro dia útil seguinte ao recebimento provisório, salvo motivo justificado;
- 27.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.
- 27.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da CONTRATADA em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no **prazo de 10 (dez) dias**, contados do primeiro dia útil seguinte à solicitação da CONTRATANTE, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 27.4. O aceite/aprovação do(s) produto(s) pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/1990.

**28. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 28.1. O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela CONTRATADA, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor do Contrato, conforme condições a seguir:
  - 28.1.1. para valor inferior ou igual a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), em até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da emissão de termo detalhado pelo gestor do Contrato, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 c/c Decreto nº 11.317/2022.
  - 28.1.2. para valor superior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), em até **10 (dez) dias úteis**, a contar da emissão de termo detalhado pelo gestor do Contrato, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 c/c Decreto nº 11.317/2022.
  - 28.1.3. No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

- 28.1.4. Para fins do disposto no item 28.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.
- 28.2. O documento fiscal deverá acompanhar os produtos quando estes forem entregues nos seguintes endereços:
- 28.2.1. CONTRATANTE: Tribunal Regional Federal da 2ª Região  
Seção de Almoxarifado/Divisão de Patrimônio e Almoxarifado - SALMOX  
Local de entrega: Rua do Acre nº 80, 3º andar, Centro – Rio de Janeiro/RJ  
Telefone: (21)2282-8264 e (21)2282-8234 (a entrega deverá ser agendada por meio desse telefone)  
E-mail: [salmox@trf2.jus.br](mailto:salmox@trf2.jus.br)  
Horário: das 12 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira, exceto feriados e pontos facultativos.
- 28.2.2. CONTRATANTE: Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio de Janeiro  
Seção de Almoxarifado  
Local de entrega: Rua Equador nº 613 – Santo Cristo - Rio de Janeiro – RJ  
Telefone: (21)3218-6612/ (21)3218-6613 (a entrega deverá ser agendada por meio desse telefone)  
Horário: das 11 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira, exceto feriados e pontos facultativos.  
E-mail: [tssealm@jfrj.jus.br](mailto:tssealm@jfrj.jus.br)
- 28.3. A CONTRATADA que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;
- 28.4. A CONTRATADA optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações estipuladas pelas Instruções Normativas nº 1540 de 05/01/2015 e nº 1.552 de 02/03/2015;
- 28.5. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas;
- 28.5.1. A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;
- 28.6. O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 28.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 28.7. No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a CONTRATADA não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.
- 28.7.1. Para fins de identificação da situação prevista no item 28.7, a CONTRATADA deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

**29. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

- 29.1. A CONTRATANTE nomeará os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do Contrato, na forma do que estabelece o artigo 29 da Instrução Normativa nº 01/2019/SGD/ME, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato;
- 29.2. Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

- 29.2.1. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;
- 29.2.2. Ordenar à CONTRATADA que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;
- 29.2.3. Acompanhar e aprovar os serviços executados;
- 29.3. A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais;
- 29.4. A CONTRATADA se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados;
- 29.5. As irregularidades detectadas pela fiscalização da CONTRATANTE serão comunicadas por escrito à CONTRATADA, para sua pronta correção ou adequação.

**30. DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO**

- 30.1. A transferência de conhecimento se dará mediante o atendimento às solicitações de suporte técnico especializado.

**31. DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E AUTORAIS DOS PRODUTOS GERADOS POR OCASIÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

- 31.1. A execução do contrato não gerará produtos para os quais possam ser reivindicados direitos de propriedade intelectual ou autoral.

**32. DA QUALIFICAÇÃO OU FORMAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

- 32.1. A CONTRATADA deverá possuir em seu quadro técnico profissionais com expertise técnico em todos os componentes dos produtos entregues tendo em vista a previsão de suporte técnico durante todo o período de garantia dos produtos.

**33. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 33.1. Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a LICITANTE ou a CONTRATADA será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:
  - 33.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
  - 33.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 33.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
  - 33.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - 33.1.5. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - 33.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 33.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - 33.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
  - 33.1.9. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 33.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 33.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

- 33.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 33.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 33.2.1. **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 33.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 33.1.2, 33.1.3, 33.1.4, 33.1.5, 33.1.6 e 33.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 33.2.3. **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 33.1.8, 33.1.9, 33.1.10, 33.1.11 e 33.1.12 acima, bem como nos subitens 33.1.2, 33.1.3, 33.1.4, 33.1.5, 33.1.6 e 33.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 33.2.2.
- 33.2.3.1. Nesta hipótese, o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos ficará impedido pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 33.2.4. **Multa:**
- 33.2.4.1. Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais constantes do Edital, a CONTRATADA estará sujeita à penalidade de multa entre 0,5% e 1,0% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitada ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de 1 (um) item obrigatório concomitantemente, caso não sejam acatadas as justificativas apresentadas.
- 33.2.4.2. No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- 33.2.4.3. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 33.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 33.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 33.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- 33.4.2. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;
- 33.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;
- 33.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 33.4.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, no valor compreendido entre 0,02% e 0,5%, conforme previsão em normativo interno da CONTRATANTE, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.







PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

- 33.4.6. Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.
- 33.4.7. Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições de Portaria expedida pelo TRF2;
- 33.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 33.6. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 33.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 33.6.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 33.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 33.6.4. os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
  - 33.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 33.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 33.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 33.9. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 33.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021.
- 33.11. A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à CONTRATADA, na forma da lei.
- 33.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**34. PRAZO DE VIGÊNCIA DA GARANTIA DE BENS E/OU SERVIÇOS**

- 34.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia dos bens e serviços fornecidos pelo prazo de 60 (sessenta) meses a contar do 1º dia útil seguinte à data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
  - 34.1.1. Ressalte-se que a exigência de garantia de equipamentos do tipo ativos de rede - switches - pelo prazo de 60 (sessenta) meses é usual no mercado atualmente.
  - 34.1.2. Corrobora-se este argumento o fato de que as últimas contratações deste tipo de equipamento, tanto na SJRJ quanto no TRF, foram realizadas, com sucesso, exigindo o referido prazo de garantia. Para exemplificar, listamos algumas delas:
    - 34.1.2.1. TRF2-EOF-2016/00161



TRF2NCR202300674A



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

- 34.1.2.2. JFRJ-EOF-2018/00804  
34.1.2.3. JFRJ-EOF-2018/01037  
34.1.2.4. JFRJ-EOF-2018/00106  
34.1.2.5. TRF2-EOF-2020/00063  
34.1.2.6. JFRJ-EOF-2020/00106  
34.1.2.7. TRF2-EOF-2021/00024
- 34.2. Acrescente-se que a exigência contida no item 34.1 visa o atendimento dos pré-requisitos elencados no Capítulo II da Resolução CJF Nº 477/2018, o qual determina o prazo de garantia de 5(cinco) anos para ativos de rede.
- 34.3. Será admitida a subcontratação dos serviços de garantia e assistência técnica pela CONTRATADA junto ao fabricante ou à empresa prestadora de serviços de assistência técnica designada pelo fabricante.
- 34.4. A solução pretendida deverá possuir garantia para os itens de hardware de forma *on site*, ou seja, nas instalações da CONTRATANTE, nos seguintes endereços:
- 34.4.1. Rua Acre 80, Praça Mauá – Rio de Janeiro;  
34.4.2. Avenida Rio Branco, 243, Centro - Rio de Janeiro;  
34.4.3. Avenida Venezuela, 134, Praça Mauá - Rio de Janeiro;  
34.4.4. Avenida Almirante Barroso, 78 - Centro - Rio de Janeiro.

35. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 35.1. O prazo de vigência contratual é de 60 meses contados a partir do 1º dia útil seguinte à data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

36. DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

- 36.1. A tabela abaixo apresenta as estimativas do valor da contratação:

Item	Discriminação	Marca/ Modelo	Quantidade por órgão		Quantidade Total	Unid.	Preço Unit (R\$)	Preço Total (R\$)
			TRF2	SJRJ			Unid.	
1.1	Descrição: <b>Switch</b> Descrição Complementar: <b>Switch com 48 portas SFP28, 6 portas QSFP28, fontes redundantes e demais exigências contidas no Termo de Referência.</b> CATMAT: 602456		14	6	20	equipamento	R\$276.143,97	R\$5.522.879,44
1.2	Descrição: <b>Treinamento Informática - Sistema / Software</b> Descrição Complementar: <b>Treinamento na operação do switch e do software de gerência.</b> CATSER: 3840		5	3	8	aluno	R\$15.273,50	R\$122.188,00
<b>VALOR TOTAL</b>								R\$5.645.067,44

37. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO



TRF2N202300674A





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

- 37.1. As despesas decorrentes da aquisição dos equipamentos, objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, conforme especificado abaixo:

Itens	Fonte Pagadora	PTR	Classificação da Despesa
1.1	TRF2/JFRJ	AI	44.90.52.37 - Equipamento de TIC – Ativos de Rede
1.2	TRF2/JFRJ	AI	33.90.40.20 - Treinamento/Capacitação em TIC

**38. DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DAS INFORMAÇÕES**

- 38.1. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente da CONTRATANTE;
- 38.2. São vedadas a divulgação, a reprodução ou a utilização de quaisquer informações, a qualquer título, exceto quando previamente autorizadas;
- 38.3. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES.
- 38.3.1. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial.

**39. APROVAÇÃO E ASSINATURA**

- 39.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº TRF2-PSG-2023/00040, de 01 de fevereiro de 2023.

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
Carlos Alberto Caldas da Silva (titular) Matrícula: 12041	Pergentino Joaquim Alves Neto (titular) Matrícula: 12049	Leonardo Pastro Vieira (titular) Matrícula: 11795
Diego Lopes Gomes (suplente) Matrícula: 12081	Marcus Vinicius do Patrocínio Azevedo (suplente) Matrícula: 11728	Miguel Angelo Ferreira da Costa (suplente) Matrícula: 12152
<b>AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC (OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APLICÁVEL)</b>		
ANA LUISA CARNEIRO DA SILVA Matrícula: 11066		





PODER JUDICIÁRIO

**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**ANEXO I-1: MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

Processo Administrativo nº **TRF2-EOF-2023/00021** (TRF2 DOD-2023/0004)

## Switch de Alto Desempenho



Assinado com senha por LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 31/03/2023 às 15:49:52, CARLOS ALBERTO CALDAS DA SILVA - Coordenador(a) / COREDA - 31/03/2023 às 16:05:19, PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 03/04/2023 às 13:13:45 e ANA LUISA CARNEIRO DA SILVA - Diretor(a) de Secretaria / STI - 03/04/2023 às 17:46:35.  
Documento Nº: 3719018-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3719018-4107>



TRF2INC202300674A



PODER JUDICIÁRIO

**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

## **ANEXO I-1: MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

### **Histórico de Revisões**

<b>Data</b>	<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fase*</b>	<b>Autor</b>
15/03/2023	1.0	Finalização da primeira versão do documento.	PCTIC	Carlos Alberto Caldas da Silva

\*Fase: Registro da fase do processo de contratação da solução de TIC relacionada à criação/alteração da Análise de Riscos:

**PCTIC** – Planejamento da Contratação;

**SFTIC** – Seleção de Fornecedores;

**GCTIC** – Gestão do Contrato.



Assinado com senha por LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 31/03/2023 às 15:49:52, CARLOS ALBERTO CALDAS DA SILVA - Coordenador(a) / COREDA - 31/03/2023 às 16:05:19, PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 03/04/2023 às 13:13:45 e ANA LUISA CARNEIRO DA SILVA - Diretor(a) de Secretaria / STI - 03/04/2023 às 17:46:35.  
Documento Nº: 3719018-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3719018-4107>



TRF2INC202300674A



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**ANEXO I-1: MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

## Análise de Riscos

### INTRODUÇÃO

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução de TIC.

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

Neste Mapa de Gerenciamento de Riscos serão utilizados parâmetros escalares para representar os níveis de probabilidade e impacto que, após a multiplicação, resultarão nos níveis de risco, que direcionarão as ações relacionadas aos riscos durante as fases de contratação (planejamento, seleção de fornecedor e gestão do contrato).

Classificação	Valor	Tabela 1: Escala de classificação de probabilidade e impacto.
Muito Baixo	1	
Baixo	2	
Médio	3	
Alto	4	
Muito Alto	5	

A Tabela 1 apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento de apoio para a definição dos critérios de classificação do nível de risco.

		Matriz de exposição aos riscos					Impacto
		1	2	3	4	5	
Probabilidade	5	5	10	15	20	25	
	4	4	8	12	16	20	
	3	3	6	9	12	15	
	2	2	4	6	8	10	
	1	1	2	3	4	5	

Figura 1: Matriz de exposição aos riscos (probabilidade x impacto)

A matriz de exposição aos riscos é utilizada para o estabelecimento de diretrizes de tratamento de riscos.

O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz de exposição aos riscos.

Nível de Risco da Matriz de Exposição aos Riscos	Observação
Verde	$1 \leq (P \times I) \leq 2$ Nível de risco baixo. Admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas.
Amarela	$3 \leq (P \times I) \leq 12$ Nível de risco médio. Admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas.
Vermelha	$15 \leq (P \times I) \leq 20$ Nível de risco alto. Devem ser adotadas obrigatoriamente as medidas preventivas previstas.





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**ANEXO I-1: MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

**INTRODUÇÃO**

Roxa	(P*I) ≥ 25 Nível de risco muito alto. Devem ser adotadas obrigatoriamente as medidas preventivas previstas.
------	---

O gerenciamento de riscos deve ser realizado em harmonia com a Política de Gestão de Riscos do órgão.

**2 – IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS**

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos identificados e classificados neste documento.

Id	Risco	Relacionado ao(a): <sup>1</sup>	P <sup>2</sup>	I <sup>3</sup>	Nível de Risco (P x I) <sup>4</sup>
R01	Alteração do escopo dos produtos a serem contratados.	Planejamento da Contratação	2	2	4
R02	Elaboração das especificações técnicas sem contemplar a totalidade dos parâmetros técnicos indispensáveis para o atendimento às necessidades do negócio.	Planejamento da Contratação	1	4	4
R03	Falta de clareza pelo demandante quanto às demandas a serem desenvolvidas e mantidas.	Planejamento da Contratação	3	4	12
R04	Atraso no processo administrativo de contratação.	Planejamento da Contratação	3	4	12
R05	Ausência de recursos orçamentários ou financeiros.	Planejamento da Contratação	3	5	15
R06	Atraso ou suspensão no processo licitatório em virtude de impugnações.	Seleção do Fornecedor	4	4	16
R07	Atraso na entrega decorrente de problemas na cadeia produtiva do fabricante em virtude da falta de insumos por conta de sazonalidades de mercado.	Gestão Contratual	4	4	16
R08	Baixa capacidade técnica da CONTRATADA para o fornecimento dos produtos na escala solicitada pela CONTRATANTE.	Gestão Contratual e Solução Tecnológica	3	4	12

Legenda: P – Probabilidade; I – Impacto.

<sup>1</sup> A qual natureza o risco está associado: fases do Processo da Contratação ou Solução Tecnológica.

<sup>2</sup> Probabilidade: chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos (ISO/IEC 31000).

<sup>3</sup> Impacto: resultado de um evento que afeta os objetivos (ISO/IEC 31000:2009).

<sup>4</sup> Nível de Risco: magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades (ISO/IEC 31000:2009).

**3 – AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS**

Risco R01	Risco:	Alteração do escopo dos produtos a serem contratados pela Área Requisitante		
	Probabilidade:	2 (Baixo)		
	Impacto:	2 (Baixo)		
	Dano 1:	Atraso na contratação e consequente impossibilidade de atender as demandas de instalação do produto que é objeto da presente contratação, acarretando a insatisfação e prejuízos aos usuários.		
	Tratamento:	Mitigar.		
		<b>Ação Preventiva</b>		<b>Responsável</b>
		P01 Realizar reuniões prévias com a Área Requisitante com o fito de subsidiar corretamente a elaboração do Termo de Referência.		Área Requisitante / Equipe de Planejamento da Contratação
Risco R02		<b>Ação de Contingência</b>		<b>Responsável</b>
		C01 Ajustar o Termo de Referência		Equipe de Planejamento da Contratação
Risco R02	Risco:	Elaboração das especificações técnicas sem contemplar a totalidade dos parâmetros técnicos indispensáveis para o atendimento às necessidades do negócio.		
	Probabilidade:	1 (Muito Baixo)		







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO I-1: MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

	<b>Impacto:</b>	4 (Alto)	
	<b>Dano 1:</b>	Entrega de produto que atende parcialmente as necessidades da área de negócio, acarretando a insatisfação e prejuízos aos usuários.	
	<b>Tratamento:</b>	Mitigar.	
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	P01	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos.	Equipe de Planejamento da Contratação
	P02	Realizar Provas de Conceito com amostras de produtos dos principais fabricantes deste nicho de mercado, efetuando testes com a participação do usuário final	Equipe de Planejamento da Contratação
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	C01	Havendo o atendimento das necessidades da área de negócio, configurar a solução de TIC para contemplar tais necessidades e indicar explicitamente as limitações do produto recebido que demandarão adaptação pelo usuário final.	Equipe de Planejamento da Contratação
	C02	Pedir a revogação da licitação e a consequente republicação da mesma acrescentando as necessidades de negócio não contempladas no edital da contratação anterior.	Equipe de Planejamento da Contratação
<b>Risco R03</b>	<b>Risco:</b>	Falta de clareza pelo Requisitante quanto às demandas a serem desenvolvidas e mantidas.	
	<b>Probabilidade:</b>	3 (Médio)	
	<b>Impacto:</b>	4 (Alto)	
	<b>Dano 1:</b>	Entrega de produto que atende parcialmente as necessidades do negócio, acarretando a insatisfação e prejuízos aos usuários.	
	<b>Tratamento:</b>	Mitigar.	
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	P01	Formular questionamentos às áreas Requisitantes para coletar o máximo de informações sobre os requisitos técnicos da solução de TIC necessários para atender a demanda.	Equipe de Planejamento da Contratação
	P02	Validar junto às áreas demandantes as especificações técnicas da contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	C01	Pedir a revogação da licitação e a consequente republicação da mesma acrescentando as necessidades de negócio não contempladas no edital da contratação anterior.	Equipe de Planejamento da Contratação
<b>Risco R04</b>	<b>Risco:</b>	Atraso no processo administrativo de contratação.	
	<b>Probabilidade:</b>	4 (Alto)	
	<b>Impacto:</b>	3 (Médio)	
	<b>Dano 1:</b>	Adiamento no atendimento às demandas pelo produto que é objeto da presente contratação, acarretando a insatisfação e prejuízos aos usuários.	
	<b>Tratamento:</b>	Mitigar.	
	<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
	P01	Executar as ações pertinentes as suas respectivas unidades em prazos viáveis e compatíveis com os da contratação em tela.	COOCON / AJUR / COLICI
	P02	Acompanhar a tramitação processual e solicitar prioridade à Administração	STI / Equipe de Planejamento da Contratação
	P03	Elaborar artefatos bem fundamentados de modo a fornecer a devida e rápida justificativa aos possíveis questionamentos.	Equipe de Planejamento da Contratação
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	R01	Havendo o atendimento das necessidades da área de negócio, configurar a solução de TIC para contemplar tais necessidades e indicar explicitamente as limitações do produto recebido que demandarão adaptação pelo usuário final.	Equipe de Planejamento da Contratação
	R02	Estrita observância às recomendações da área jurídica do TRF2.	Equipe de Planejamento da Contratação



TRF2NCR202300674A





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**ANEXO I-1: MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

	R03	Alocação integral da Equipe de Planejamento da Contratação na mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório.	Equipe de Planejamento da Contratação
Risco R05	Risco:	Ausência de recursos orçamentários ou financeiros.	
	Probabilidade:	3 (Médio)	
	Impacto:	5 (Muito Alto)	
	Dano 1:	Risco de indisponibilidade de acesso aos Sistemas Institucionais e demais serviços de rede de dados, em eventual falha do Switch de Alto Desempenho. Não aproveitamento das funcionalidades oferecidas pelos equipamentos e licenciamentos já adquiridos pela Instituição. Limitação da capacidade de acesso aos serviços de rede dispostos no Datacenter do TRF-2, causando "gargalos" na transmissão de dados; desta forma, prejudicando a experiência dos usuários no uso de tais serviços."	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	P01	Prever a contratação no PCTI do referido exercício financeiro.	Unidade Requisitante - STI
	P02	Garantir os recursos na previsão orçamentária	Unidade Requisitante - STI
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	C01	Solicitar transferência de recursos financeiros de outro programa	Unidade Requisitante - STI
Risco R06	Risco:	Atraso ou suspensão no processo licitatório em virtude de impugnações	
	Probabilidade:	4 (Alto)	
	Impacto:	4 (Alto)	
	Dano 1:	Impossibilidade de atendimento às demandas pelo produto que é objeto da presente contratação, acarretando a insatisfação e prejuízos aos usuários.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	P01	Durante a elaboração dos artefatos, realizar uma compilação com os fundamentos técnicos e jurídicos para as exigências contidas no Termo de Referência, de forma a subsidiar as respostas aos pedidos de esclarecimento e/ou de impugnação.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	C01	Ajustar o Termo de Referência e solicitar realização de nova licitação.	Equipe de Planejamento da Contratação
Risco R07	Risco:	Atraso na entrega decorrente de problemas na cadeia produtiva do fabricante em virtude da falta de insumos por conta de sazonalidades de mercado.	
	Probabilidade:	4 (Alto)	
	Impacto:	4 (Alto)	
	Dano:	Risco de indisponibilidade de acesso aos Sistemas Institucionais e demais serviços de rede de dados, em eventual falha do Switch de Alto Desempenho. Não aproveitamento das funcionalidades oferecidas pelos equipamentos e licenciamentos já adquiridos pela Instituição. Limitação da capacidade de acesso aos serviços de rede dispostos no Datacenter do TRF-2, causando "gargalos" na transmissão de dados; desta forma, prejudicando a experiência dos usuários no uso de tais serviços."	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	P01	Durante a elaboração dos artefatos, realizar estudos sobre as peculiaridades de logística de produção, distribuição e revenda dos produtos que serão contratados a fim de estabelecer cláusulas de prazo de entrega factíveis com as características do mercado.	Equipe de Planejamento da Contratação
	P02	Prever multas, possibilidade de rescisão contratual, bem como outras penalidades no caso de inexecução parcial ou total do objeto objetivando desencorajar empresas que não possuem capacidade técnico-operacional para fornecer materiais de tal	Equipe de Planejamento da Contratação / SAT





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**  
**ANEXO I-1: MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

		complexidade a participar do procedimento licitatório em tela.	
	P03	Exigir Atestados de Capacidade Técnica no Termo de Referência com o objetivo de comprovar a aptidão da futura Contratada no desempenho de atividade que guarde proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.	Equipe de Planejamento da Contratação
	<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
	C01	Realização de intimação objetivando a solução dos problemas / Aplicação de penalidades.	Equipe de Fiscalização do Contrato / AJUR / SAT

Risco R08	Risco:	Baixa capacidade técnica da CONTRATADA para o fornecimento dos produtos na escala solicitada pela CONTRATANTE.	
	Probabilidade:	3 (Médio)	
	Impacto:	4 (Alto)	
	Dano:	Impossibilidade de atendimento às demandas pelo produto que é objeto da presente contratação, acarretando insatisfação e prejuízos aos usuários.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
P01	Exigir Atestados de Capacidade Técnica no Termo de Referência com o objetivo de comprovar a aptidão da futura Contratada no desempenho de atividade que guarde proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.	Equipe de Planejamento da Contratação	
P02	Prever multas, possibilidade de rescisão contratual, bem como outras penalidades no caso de inexecução parcial ou total do objeto objetivando desencorajar empresas que não possuem capacidade técnico-operacional para fornecer materiais de tal complexidade a participar do procedimento licitatório em tela.	Equipe de Planejamento da Contratação / SAT	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
C01	Aplicar as penalidades previstas em eventuais descumprimentos das condições do Termo de Referência.	Equipe de Fiscalização do Contrato / SAT / AJUR	

**4 – ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS**

Data	Id. Risco	Id. Ação	Registro e acompanhamento das ações de tratamento dos riscos
09/01/2023	R01	P01, P02, P03 e P04	Os Integrantes Requisitantes e Integrantes Técnicos se reuniram em 09/01/2023 e deliberaram sobre as ações preventivas descritas nos itens P01, P02, P03 e P04 e as atualizações que devem ser realizadas no Termo de Referência em relação à última contratação (Edital do Pregão Eletrônico 80/2020 – Processo Administrativo TRF2-EOF-2020/00063).
09/01/2023	R02	P01 e P02	Os Integrantes Requisitantes e Integrantes Técnicos se reuniram em 09/01/2023 e deliberaram sobre a eventual realização de provas de conceito e pesquisa de contratações similares de outros órgãos públicos (Connect-jus e COMPRASNET) com o intuito de realizar o levantamento de requisitos técnicos mais atuais.
09/01/2023	R03	P01 e P02	Os Integrantes Requisitantes e Integrantes Técnicos se reuniram em 09/01/2023 e deliberaram sobre o levantamento da interoperabilidade do produto a ser contratado com os sistemas em uso no TRF2.

**5 – APROVAÇÃO E ASSINATURA**

Conforme § 5º do art. 38 da IN SGD/ME nº 1 de 2019, a Análise de Riscos deve ser assinada pela Equipe de Planejamento da Contratação, nas fases de Planejamento da Contratação e de Seleção de Fornecedores, e pela Equipe de Fiscalização do Contrato, na fase de Gestão do Contrato. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela **Portaria nº TRF2-PSG2023/00040, de 01 de fevereiro de 2023.**





PODER JUDICIÁRIO

**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**ANEXO I-1: MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

Rio de Janeiro, 15 de março de 2023.

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
Carlos Alberto Caldas da Silva (titular) Matrícula: 12041	Pergentino Joaquim Alves Neto (titular) Matrícula: 12049	Leonardo Pastro Vieira (titular) Matrícula: 11795
Diego Lopes Gomes (suplente) Matrícula: 12081	Marcus Vinicius do Patrocínio Azevedo (suplente) Matrícula: 11728	Miguel Angelo Ferreira da Costa (suplente) Matrícula: 12152



Assinado com senha por LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 31/03/2023 às 15:49:52, CARLOS ALBERTO CALDAS DA SILVA - Coordenador(a) / COREDA - 31/03/2023 às 16:05:19, PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 03/04/2023 às 13:13:45 e ANA LUISA CARNEIRO DA SILVA - Diretor(a) de Secretaria / STI - 03/04/2023 às 17:46:35.  
Documento Nº: 3719018-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3719018-4107>



TRF2INC202300674A



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

## **ANEXO I-2: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2023/00021 (TRF2 DOD-2023/0004)**

# Switch de Alto Desempenho



Assinado com senha por LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 31/03/2023 às 15:49:52, CARLOS ALBERTO CALDAS DA SILVA - Coordenador(a) / COREDA - 31/03/2023 às 16:05:19, PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 03/04/2023 às 13:13:45 e ANA LUISA CARNEIRO DA SILVA - Diretor(a) de Secretaria / STI - 03/04/2023 às 17:46:35.  
Documento Nº: 3719018-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3719018-4107>



TRF2INC202300674A



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO I-2: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Referências Gerais	
Id do PCTI 2023	TI.21
Id do SIGA-GO TRF2	21
Objetivo Estratégico ENTIC-JUD	OE4 - Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas
Id Necessidade PDTI	3- Continuidade e disponibilidade da infraestrutura de TI
Forma de Contratação	Registro de preços
É prestação continuada?	Não
Tipo de contratação	Regional
Compartilhado indivisível	Sim
Enquadramento	Art. 2º da Resolução TRF2-RSP-2019/00080
Justificativa da necessidade	<p>Visa substituição de equipamentos fora da garantia, e para atender a Solução de armazenamento Swarm (item TI.52).</p> <p>Os órgãos da 2ª Região, motivados pela Lei 11.419/2006 e visando resolver os problemas do crescente número de processos em suas respectivas instâncias, têm investido na modernização de seus métodos de trabalho, utilizando-se de complexos recursos de tecnologia da informação e comunicação, especialmente com a adoção de processos eletrônicos judiciais e administrativos.</p> <p>Entre os dispositivos componentes dessa complexa infraestrutura computacional, em operação no Data Center Regional, destaca-se um equipamento denominado Switch. Os switches são equipamentos usados para conectar entre si os Servidores de Aplicação e Banco de Dados. Os Servidores, por sua vez, são equipamentos responsáveis pela execução das aplicações e bancos de dados da Justiça Federal. Um Servidor necessitará sempre de um Switch de Alto Desempenho para que possa ser conectado a uma rede de dados.</p> <p>Ocorre que alguns equipamentos que atualmente cumprem a função de Switches de Alto Desempenho não estão mais cobertos por garantia contratual, estão em processo de obsolescência, com fabricação descontinuada pelo fabricante e vem apresentando falhas.</p> <p>A presente contratação reveste-se de urgência considerando a criticidade de tais equipamentos para a rede de dados e, conseqüentemente, o acesso aos sistemas pelos servidores, magistrados e jurisdicionados.</p>
Resultado esperado	Mitigar o risco de indisponibilidade na Rede de Dados em caso de eventual falha nos Switches de Alto Desempenho, os quais não estão mais cobertos por garantia contratual e estão sem unidades de reposição.
Consequência do não atendimento	<p>Risco de indisponibilidade de acesso aos Sistemas Institucionais e demais serviços de rede de dados, em eventual falha do Switch de Alto Desempenho.</p> <p>Não aproveitamento das funcionalidades oferecidas pelos equipamentos e licenciamentos já adquiridos pela Instituição.</p> <p>Limitação da capacidade de acesso aos serviços de rede dispostos no Datacenter do TRF-2, causando "gargalos" na transmissão de dados; desta forma, prejudicando a experiência dos usuários no uso de tais serviços."</p>
Planejamento Estratégico da Justiça Federal 2021-2026	<a href="https://www10.trf2.jus.br/ti/wp-content/uploads/sites/32/2014/08/planoestrategicojf_2021_2026.pdf">https://www10.trf2.jus.br/ti/wp-content/uploads/sites/32/2014/08/planoestrategicojf_2021_2026.pdf</a>
Consulta Pública: Macrodesafios do Poder Judiciário para 2021-2026	<a href="https://www10.trf2.jus.br/ti/wp-content/uploads/sites/32/2014/08/relatorio_consulta_publica_macrodesafios_2020_01_15.pdf">https://www10.trf2.jus.br/ti/wp-content/uploads/sites/32/2014/08/relatorio_consulta_publica_macrodesafios_2020_01_15.pdf</a>
PETI-JF – Planejamento Estratégico de TI da JF 2021-2026 – Anexo I e II da Resolução CJF 685 de 15 de dezembro de	<a href="https://www10.trf2.jus.br/ti/wp-content/uploads/sites/32/2014/08/resolucao_cjf_685_2020_anexoi_peti.pdf">https://www10.trf2.jus.br/ti/wp-content/uploads/sites/32/2014/08/resolucao_cjf_685_2020_anexoi_peti.pdf</a>





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

## **ANEXO I-2: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

2020



Assinado com senha por LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 31/03/2023 às 15:49:52, CARLOS ALBERTO CALDAS DA SILVA - Coordenador(a) / COREDA - 31/03/2023 às 16:05:19, PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 03/04/2023 às 13:13:45 e ANA LUISA CARNEIRO DA SILVA - Diretor(a) de Secretaria / STI - 03/04/2023 às 17:46:35.  
Documento Nº: 3719018-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3719018-4107>



TRF2INC202300674A





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

## ANEXO I-2: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
14/02/2023	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Carlos Caldas



Assinado com senha por LEONARDO PASTRO VIEIRA - Supervisor(a) / DIMAT - 31/03/2023 às 15:49:52, CARLOS ALBERTO CALDAS DA SILVA - Coordenador(a) / COREDA - 31/03/2023 às 16:05:19, PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 03/04/2023 às 13:13:45 e ANA LUISA CARNEIRO DA SILVA - Diretor(a) de Secretaria / STI - 03/04/2023 às 17:46:35.  
Documento Nº: 3719018-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3719018-4107>



TRF2INC202300674A



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**ANEXO I-2: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

INTRODUÇÃO	
O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.	
1 – DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS	
1.1 - Identificação das necessidades de negócio	
1.1.1	Conforme item 5.1 do Anexo I.
1.2 - Identificação das necessidades tecnológicas	
1.2.1	<b>Interoperabilidade total com a plataforma de virtualização de redes VMWARE NSX-T em uso pela CONTRATANTE</b>
1.2.1.1	O equipamento ofertado deverá possuir homologação do fabricante VMWARE para uso no VMWARE NSX-T.
1.2.2	<b>Interoperabilidade total com a plataforma de hiperconvergência DELL</b>
1.2.2.1	O equipamento ofertado deverá ser compatível com a plataforma de hiperconvergência DELL existente na infraestrutura da CONTRATANTE.
1.2.3	<b>Interoperabilidade com a plataforma Ansible de automação de TIC em uso pela CONTRATANTE</b>
1.2.3.1	Permitir a configuração automática a partir da plataforma Ansible.
1.2.4	<b>Interoperabilidade com Redes Definidas por Software (SDN) e plataformas em nuvem</b>
1.2.4.1	Assegurar o funcionamento adequado em Redes Definidas por Software (SDN) e plataformas em nuvem.
1.3- Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC	
1.3.1	<b>Capacitação</b>
1.3.1.1	Conforme item 17.2 do Anexo I.
1.3.2	<b>Requisitos Legais</b>
1.3.2.1	Conforme item 15 do Anexo I.
1.3.3	<b>Requisitos de Manutenção</b>
1.3.3.1	Conforme itens 24.1 e 24.4 do Anexo I.
1.3.4	<b>Requisitos de Suporte Técnico Especializado</b>
1.3.4.1	Conforme item 24.10 do Anexo I.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**ANEXO I-2: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

2 – ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS				
2.1	Conforme item 7 do Anexo I.			
3 – ANÁLISE DE SOLUÇÕES POSSÍVEIS				
Conforme item 9 do Anexo I.				
3.1 – IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES				
3.1.1	Conforme item 9 do Anexo I.			
3.2 – ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES				
3.2.1	Apenas a Solução 2 demonstrou-se viável ao atendimento das necessidades de expansão da infraestrutura de rede.			
Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Solução 1			X
	Solução 2			X
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Solução 1			X
	Solução 2			X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Solução 1			X
	Solução 2			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 1			X
	Solução 2			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	Solução 1			X
	Solução 2			X
3.3 – PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO				
3.3.1	Conforme item 36.1 do Anexo I.			
4 – REGISTRO DAS SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS				
4.1	Locação de switch de alto desempenho			
4.1.1	Essa alternativa consiste na contratação de um fornecedor externo responsável por prover o recurso desejado (switch) a um custo geralmente fixo sem que seja necessário adquirir o ativo.			
4.1.2	A licitação visa aproveitar as peculiaridades de mercado, visando a economicidade. Apesar de existir um histórico de licitações realizadas por órgãos públicos para a contratação serviços de locação de equipamentos de informática, constata-se a existência de um mercado desenvolvido apenas em relação aos dispositivos de baixa complexidade técnica (por exemplo: impressoras, copiadoras, multifuncionais scanners, notebooks etc).			





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO I-2: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

4 – REGISTRO DAS SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS	
4.1.3	Para equipamentos de alta complexidade técnica, criticidade e grande granularidade de configurações, como é o objeto da presente contratação, não é comum a sua oferta na modalidade de locação.
4.1.4	Isso provavelmente se deve à natureza desse tipo de dispositivo (switches) que demanda investimento muito elevado, à grande diversidade de porte/configurações, às exigências de interoperabilidade e à alta criticidade. Além disso, o modelo de locação de equipamentos também apresenta a desvantagem no fato de que os custos relacionados aos licenciamentos agregados continuam a ser arcados pelo órgão locador.
4.1.5	Esse conjunto de questões impõem obstáculos ao surgimento de interessados em atuar nesse nicho de mercado de locação de equipamentos de alta complexidade técnica, pois o alto risco envolvido nessas operações acaba impondo a exigência de uma alta taxa de retorno sobre esses investimentos, ambos resultando em um custo final de locação muito superior ao da aquisição do bem.
4.1.6	Talvez por conta desse cenário, desde 22 de abril de 2019, a locação de equipamentos está suspensa no âmbito do Poder Executivo Federal em função da <a href="#">Portaria nº 179</a> , de 22 de abril de 2019, do Ministério da Economia.
4.1.7	Acrescente-se que o Tribunal de Contas da União (TCU) tem sinalizado em diversos precedentes jurisprudenciais que a contratação de serviços de locação de equipamentos apresenta custo superior à aquisição dos referidos equipamentos.
4.1.8	Neste sentido, o Acórdão TCU 2.094/2004, por exemplo, aponta que “a aquisição dos equipamentos de informática oferece melhor custo-benefício do que a locação”.
4.1.9	Outro acórdão importante é o TCU 331/2002, que esclarece que “a locação de equipamentos de informática deve ser evitada, pois não oferece custo-benefício adequado”.
4.1.10	Além disso, a Súmula TCU 450, que orienta que “a aquisição de equipamentos de informática tem preferência sobre a locação”, também comprova a tese de que a contratação de serviços de locação de equipamentos de informática apresenta custo muito superior do que a aquisição do mesmo bem de informática.
4.1.11	Outro acórdão que reforça essa ideia é o TCU 983/2001, que afirma que a locação de equipamentos de informática não é a forma mais adequada de aquisição de bens, uma vez que “a aquisição de equipamentos de informática oferece custo-benefício mais vantajoso”.
4.1.12	Portanto, os acórdãos e súmulas do TCU citados, como o Acórdão TCU 2094/2004, o TCU 331/2002, a Súmula TCU 450, o TCU 983/2001 e o Acórdão TCU 515/2012, indicam que as contratações de serviço de locação de equipamentos de informática apresentam custo superior às aquisições de equipamentos de informática. Essas jurisprudências deixam claro que a aquisição de equipamentos de informática oferece melhor custo-benefício do que a locação.





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**ANEXO I-2: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**4 – REGISTRO DAS SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS**

4.1.13	Acrescente-se que a locação apresenta a desvantagem de exigir disponibilidade de recursos de custeio mensal para arcar com os custos do contrato (serviço de prestação continuada) condição que impõe riscos à continuidade dos serviços, haja vista o déficit orçamentário acumulado pelo Governo Federal nos últimos 3(três) exercícios financeiros que implicam em uma maior suscetibilidade às restrições orçamentárias e ao contingenciamento os quais poderiam afetar o contrato.
--------	---

**5 – ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)**

Tendo em vista que não foram encontradas outras soluções viáveis além da Solução 2 (Aquisição de Switch de Alto desempenho) é apresentado a seguir apenas a estimativa do Custo Total de Propriedade dessa Solução.

**5.1 – Solução 2**

5.1.1	O Custo Total de Propriedade (TCO) pode ser representado como a soma do Custo de Aquisição (CAPEX) com os Custos de Operação/Manutenção (OPEX), durante o período de vida útil do equipamento.
5.1.2	Estima-se que os custos de energia elétrica e outros custos operacionais e de manutenção ao longo da vida útil do equipamento representem cerca de 20% do Custo de Aquisição.
5.1.3	Ao final, considerando o Custo de Aquisição (CAPEX) e o Custo de Operação (OPEX), teríamos o seguinte cenário de custo total de propriedade (TCO) considerando os custos inerentes ao ciclo de vida dos bens e serviços da solução, incluindo custos diretos e indiretos, a exemplo dos valores de aquisição dos ativos, insumos, garantia, manutenção etc:

Objeto		Quantidade	Preço Unitário Estimado	Preço Estimado Total
Switch de alto desempenho	Custo Aquisição (CAPEX)	20	R\$ 300.000,00	R\$ 6.000.000,00 (+)
	Custo de Operação (OPEX)	20	R\$ 60.000,00	R\$ 1.200.000,00 (+)
Custo Total de Propriedade Estimado				R\$ 7.200.000,00

**5.2 – MAPA COMPARATIVO DOS CÁLCULOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)**

5.2.1	Tendo em vista que não foram encontradas outras soluções viáveis além da Solução 2 (Aquisição de Switch de Alto desempenho) é o apresentado no item 5.1.3.
-------	--

**6 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA**

6.1	Conforme item 8 do Anexo I.
-----	-----------------------------

**7 – ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

7.1	A estimativa de custo total da contratação consta do item 36.1 do Anexo I.
-----	--

**8 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**



TRF2NCR202300674A





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**ANEXO I-2: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

8.1	Houve a opção pela Solução 2 (aquisição de switch de alto desempenho) tendo em vista a inviabilidade da adoção da Solução 1.
8.2	Os benefícios a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade constam do item 4.1 do Anexo I.

**9 – APROVAÇÃO E ASSINATURA**

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº TRF2-PSG-2023/00040, de 01 de fevereiro de 2023.

Conforme o § 2º do Art. 11 da IN SGD/ME nº 01 de 2019, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes e pela autoridade máxima da área de TIC:

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
Carlos Alberto Caldas da Silva (titular) <b>Matrícula: 12041</b>	Pergentino Joaquim Alves Neto (titular) <b>Matrícula: 12049</b>
Diego Lopes Gomes (suplente) <b>Matrícula 12081</b>	Marcus Vinicius do Patrocínio Azevedo (suplente) <b>Matrícula 11728</b>

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC (OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APLICÁVEL)
ANA LUISA CARNEIRO DA SILVA <b>Matrícula: 11066</b>





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### 1 – TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

Nº PROCESSO:	Nº CONTRATO:
--------------	--------------

**Construção:** Equipe de Fiscalização da Contratação

**Objetivo do artefato:** Obter comprometimento formal da Contratada sobre o sigilo dos dados e informações de uso da Contratante, bem como suas normas e políticas de segurança.

**Conteúdo:** O documento é assinado, de parte da Administração, pela Autoridade Competente da Área Administrativa e/ou pelo Gestor do Contrato, e, de outra parte, pelo Representante Legal da Contratada. Assinam também duas testemunhas.

#### PROCESSO Nº T2-EOF-2023/00021

**O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**, sediado na Rua Acre nº 80 – Cep.: 20.081-000 - Rio de Janeiro - RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 32.243.347/0001-51, doravante denominado CONTRATANTE, e, **<Nome da Empresa>**, pessoa jurídica com sede na **<Endereço da Empresa>**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **<CNPJ da Empresa>**, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º **<Número do Contrato>** doravante denominado CONTRATO, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe o Decreto 4.553 de 27/12/2002 - Salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.



TRF2INC202300641A





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

**Informação:** é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

**Informação Pública ou Ostensiva:** são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pela CONTRATANTE.

**Informações Sensíveis:** são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômico, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiros.

**Informações Sigilosas:** são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

**CONTRATO:** contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

### Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O TERMO informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de idéias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO celebrado entre as partes.

Parágrafo Primeiro – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO.



TRF2INC202300641A



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Parágrafo Terceiro – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;

II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

### Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:



TRF2NCC202300641A



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

### Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO.

### Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

### Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.



TRF2NCC202300641A



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

## MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

### Cláusula Oitava – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da cidade do Rio de Janeiro, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_

DE ACORDO	
CONTRATANTE	CONTRATADA
_____	_____



TRF2INC202300641A





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

<b>Contratada:</b>		<b>CNPJ:</b>	
<b>Preposto da Contratada:</b>		<b>CPF:</b>	

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer a declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes na Contratante.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

CIÊNCIA			
CONTRATADA			
Funcionários			
Nome	Identidade	CPF	Assinatura





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

SOLICITAÇÃO ELETRÔNICA DE CONTRATAÇÃO Nº TRF2-SEC-2023/00100

<b>Fundamentação</b>	
<b>Objeto:</b> TI.21 - Registro de preços para eventual aquisição de Switches de conexão de servidores para Datacenter e respectivo treinamento	
<b>Justificativa da Necessidade:</b> Visa substituição de equipamentos fora da garantia e para atender a Solução de armazenamento Swarm (item TI.52 do PCTI).	
<b>Resultados Esperados:</b> Mitigar o risco de indisponibilidade na Rede de Dados em caso de eventual falha nos Switches de Alto Desempenho, os quais não estão mais cobertos por garantia contratual e estão sem unidades de reposição.	
<b>Informações Gerais</b>	
Unidade Gestora:	090028 - TRF2
Centro de Custo:	Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Unidade Responsável:	Subsecretaria de Infraestrutura de TI - SITI
Unidade Demandante:	Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
ID no SIGA-GO: 21	Código SIASG: 602456
Ata de Registro de Preço:	Sim
Custo Estimado Total da ARP: R\$ 5.645.067,44	
Despesa realizada no Exercício Vigente: Não informado	Valor a ser aplicado no Exercício Vigente: R\$ 3.000.000,00
Contratação com Critérios de Sustentabilidade:	Sim
Objeto de Contratação novo:	Não
Processo da Contratação Anterior:	TRF2-EOF-2020/00063
Parecer da AJUC alusivo ao processo EOF da contratação anterior:	TRF2-PAR-2020/487 e 551
Há modificações de ordem técnica em relação ao contrato anterior:	Sim
Documento Capturado no Termo de Referência (objeto desta SEC):	TRF2-INC-2023/00674
Bem ou Serviço Comum:	Sim
<b>Informações de Contratação:</b>	
Despesa Continuada : Não	
<b>Documentos/Informações em Anexo à Presente Solicitação</b>	
<input type="checkbox"/> Estudos Preliminares <input checked="" type="checkbox"/> Documento Oficial de Demanda (DOD) <input checked="" type="checkbox"/> Estratégia da Contratação <input checked="" type="checkbox"/> Análise de Risco <input checked="" type="checkbox"/> Análise de Viabilidade <input checked="" type="checkbox"/> Plano de Sustentação <input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa de Preços <input checked="" type="checkbox"/> Termo de Referência <input type="checkbox"/> Projeto Básico <input type="checkbox"/> Cronograma de Execução com Principais Entregas (Produtos/Serviços)	

**DECLARO** que o Parecer da AJUC, alusivo à contratação anterior, identificado no SIGA-Doc sob o nº TRF2-PAR-2020/487 e 551 e alusivo ao Processo de Execução Orçamentária nº TRF2-EOF-2020/00063, foi rigorosamente observado quando da elaboração do Termo de Referência objeto desta SEC, identificado no SIGA-Doc sob o nº Sim (ressalvadas as alterações informadas no campo **Informações Gerais**).

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2023.

Classif. documental

30.01.01.03



TRF2SEC202300100A





- assinado eletronicamente -

MARCUS VINICIUS DO PATROCINIO AZEVEDO  
Diretor(a) de Subsecretaria EM EXERCÍCIO  
SUBSECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DE TI



TRF2SEC202300100A